



Bringing Organisations & Network Development
to higher levels in the Farming sector in Europe

PROJETO BOND Novas Soluções de Ação Coletiva

Abordagens Coletivas à Gestão das Terras

O Futuro da Alimentação e das Paisagens da Europa

Imagem 1

Consultoria Editorial:

Centro de Apoio à Escrita Académica, Universidade de Coventry
Catalina Neculai e George Ttoouli

Autores:

Jyoti Fernandes (Coordenação de Campanhas Coletivas e Coordenação de Políticas na LandWorkers' Alliance, Reino Unido.)
Kathryn A. Miller (Consultora científica independente, com sede em Devon, Reino Unido.)

Contribuidores:

Lars Veraart, Andrea Ferrante, Laura Balázs e Lindy Binder.

Revisão:

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
Mariagrazia Rocchigiani e Francesca Carpano
Universidade de Coventry
Angela Hilmi

Citação sugerida

Miller, K. A. & Fernandes, J. Collective Approaches to Land Management.
The LandWorkers Alliance e EU BOND Project (2020).

As informações e pontos de vista constantes deste relatório são da exclusiva responsabilidade dos respetivos autores.

A Agência e a Comissão não poderão ser tidas como responsáveis pelo uso que possa ser feito das informações nele contidas.

O presente relatório é parte do Projeto BOND, que recebeu financiamento do Horizonte 2020 – Programa-Quadro Comunitário de Investigação e Inovação, ao abrigo do Acordo de Subvenção nº 774208.

Design e Layout: Cristina Canestrelli e Francesca Lucci
Roma, Itália, julho de 2020



THIS PROJECT HAS RECEIVED FUNDING FROM THE EUROPEAN UNION'S HORIZON 2020 RESEARCH AND INNOVATION PROGRAMME UNDER GRANT AGREEMENT N° 774208

Conteúdos

Introdução.....	4
Estudos de caso.....	6
Estudo de caso 1: Roménia – Gestão de terras comunais.....	6
As terras comunais em Alunişu ao longo dos últimos 100 anos.....	7
O futuro.....	9
Estudo de caso 2: Escócia – Ação coletiva para acesso a terras.....	11
A ação coletiva na criação de redes de <i>land trusts</i> na Europa.....	12
Estudo de caso 3: Itália – A ação coletiva para a renovação regional.....	14
Inovação sustentável.....	14
O problema das avelãs.....	16
Mantendo viva a tradição.....	16
Perspetivas futuras.....	16
Estudo de caso 4: Reino Unido - Redes de Recuperação da Natureza: colaboração do nível local ao europeu para a recuperação da biodiversidade.....	19
A crise da biodiversidade.....	19
A política britânica relativamente aos esquemas de gestão ecológica das terras.....	20
A criação de uma rede de proteção da natureza.....	21
A aproximação das redes ao nível local.....	21
Um quadro jurídico nacional em prol dos esforços da comunidade.....	22
Estudo de caso 5: Hungria – Gestão florestal com o apoio da comunidade.....	24
Estrutura organizacional.....	24
Formas de fortalecer a nossa comunidade.....	25
A espécie certa no local, na altura e com a manutenção certa.....	26
Planos positivos para o futuro.....	27
Estudo de caso 6: Países Baixos – Gestão das terras à escala da paisagem por uma pequena associação de agricultores.....	28
Negociação coletiva.....	28
Trabalhar com a natureza.....	29
A proteção do saber tradicional.....	30
Conclusão.....	32

Resumo Executivo

Para fazer face aos crescentes desafios ambientais, sociais e económicos enfrentados pela humanidade como consequência dos impactos das alterações climáticas e outras crises, é necessária a introdução – e disseminação – de boas práticas sustentáveis a vários níveis, como a nível agroecológico. Uma alternativa viável para a conquista deste objetivo poderá passar pelo fortalecimento das organizações com foco na agricultura, sob a forma de ação coletiva. A presente publicação apresenta uma série de diferentes ações coletivas, com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão dos seus contextos específicos, operações, desafios e oportunidades, com o apoio das atividades realizadas no âmbito do projeto BOND (Bringing Organisations and Network Development to higher levels in the Farming Sector in Europe). Este relatório salienta como o trabalho em rede, a partilha de experiências, o desenvolvimento de competências e uma educação adaptada às necessidades dos intervenientes na atividade agrícola, recorrendo a métodos participativos, segundo uma abordagem multiparticipada e interdisciplinar, são fundamentais para acelerar a transição para um sistema agroalimentar mais sustentável, equitativo e ambientalmente consciente. Por último, este relatório visa ainda constituir uma ferramenta de apoio para os elementos decisores nos países envolvidos, mediante a apresentação de recomendações de políticas formuladas por agricultores e outros intervenientes relacionados (investigadores, membros de organizações da sociedade civil, etc.). O documento aborda as práticas agrícolas regenerativas, os contratos públicos "verdes" e a economia social como exemplos de meios para a promoção de um recurso generalizado a medidas e práticas sustentáveis, bem como para a criação de um ambiente propício à transição e regeneração dos nossos sistemas alimentares.

Introdução

A terra é a fonte comum da riqueza de toda a humanidade. Qualquer pessoa que tenha terra, tem acesso a energia, água, alimento, abrigo, cura, sabedoria, a antepassados e a uma sepultura.

No entanto, a terra é mais do que uma caixa de ferramentas: embora dê, dita também os seus termos, termos esses que diferem de lugar para lugar. E assim a agricultura conduz à cultura humana; e a diversidade cultural, tal como a diversidade biológica, floresce segundo as condições que a terra impõe. A gestão da terra deve, pois, possuir raízes locais, muito embora tenhamos de pensar de forma global.

A terra e os seus recursos são cada vez mais disputados. Seis mil milhões de pessoas competem pela aquisição de terra para toda uma variedade de utilizações concorrentes: alimentação, água, energia, madeira, sumidouros de carbono, habitação, vida selvagem, lazer ou investimento. Vivemos todos num planeta densamente povoado, onde é preciso equilibrar a necessidade de alimentar todos os elementos da presente geração e das vindouras com alimentos suficientemente nutritivos, com a necessidade de dar espaço à vida selvagem, ao mesmo tempo que mitigamos os efeitos das alterações climáticas.

Uma abordagem coletiva à gestão das terras é hoje em dia mais importante que nunca – temos de pensar juntos sobre quem detém a posse das terras, como são geridas, quem lhes tem acesso e sobre como as proteger e renovar de modo a gerar viabilidade financeira com base em bens públicos.

Uma abordagem coletiva

A gestão das terras na Europa regista séculos de evolução. Nas últimas décadas, o aproveitamento convencional das terras tem envolvido o estabelecimento de contratos entre agricultores e o Estado. Uma forma alternativa de gestão das terras é a abordagem coletiva, normalmente envolvendo múltiplos intervenientes e passível de produzir maiores benefícios sociais e económicos. É possível fazer funcionar abordagens coletivas, com agricultores e outros produtores, comunidades locais e autoridades em cooperação, para o bem comum da sociedade, da biodiversidade e do ambiente.

O presente relatório desenvolve-se em torno de cinco diferentes abordagens coletivas à agricultura e aos sistemas de gestão das terras, desde processos tradicionais a métodos vanguardistas. Cada uma destas abordagens é ilustrada com um estudo de caso e inclui um conjunto de dicas práticas, bem como um conjunto de recomendações de políticas com vista a ajudar outros que desejem abraçar sistemas similares. Os estudos de caso apresentados são exemplos de como inovadores agricultores e criadores de toda a Europa estão a conseguir levar a bom porto a sua missão de cultivar as terras face a situações de mudança. É importante notar que, apesar de os estudos de caso apresentados pertencerem a diferentes países e operarem em diferentes escalas e diferentes paisagens, todos eles promovem um sentido de colaboração entre os agricultores e as suas comunidades locais. Estes estudos de caso descrevem como os aldeões das montanhas da Transilvânia, na Roménia, criam gado conjuntamente em terras comunais; como um *land trust* comunitário francês ajuda os recém-chegados à agricultura; as

bio-regiões italianas; como pequenos produtores de laticínios dos Países Baixos formaram um grupo para proteger o seu modo de vida e explorações; como a visão de um homem húngaro, de plantar uma árvore por cada cidadão do seu país, se está a tornar realidade; e o sistema emergente de Redes de Recuperação da Natureza no Reino Unido.

A apresentação destes estudos de caso visa mostrar que a adoção de uma visão holística para a gestão das terras na Europa é fundamental para garantir a segurança alimentar e estabelecer um meio ambiente resistente às flutuações climáticas, dotado de uma biodiversidade próspera. A proteção dos ecossistemas encontra-se firmemente inscrita na agenda da UE, como evidenciado pela publicação da Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030¹. Os próximos anos trarão consigo uma abordagem aos principais fatores de perda de biodiversidade, tais como as mudanças na utilização dos solos, a poluição e as alterações climáticas. Encorajar práticas agrícolas sustentáveis ajudará a fazer frente a estes fatores e trará consigo benefícios adicionais, como a criação de postos de trabalho, maior resistência às alterações climáticas, ajuda à recuperação das populações de polinizadores e a preservação da saúde dos solos.

A atual pandemia de coronavírus mostrou-nos a importância da sustentabilidade na gestão das terras, bem como os benefícios que as redes locais de alimentação, com cadeias de abastecimento alimentar curtas, e o acesso a espaços verdes para fins de lazer podem representar para as comunidades. Esta situação também nos mostrou a importância do trabalho em conjunto, como comunidade imbuída de espírito solidário, para sobrevivermos a uma crise. Trabalhando em conjunto, agricultores e criadores de gado têm vindo a demonstrar uma notável resistência e capacidade de adaptação em resposta às mudanças nas exigências dos consumidores. Entre os temas aqui apresentados, são unificadores a vontade de adaptação e evolução face a situações de mudança, a abertura para experimentar novas ideias e a confiança para se envolver e colaborar com outros, tais como as comunidades locais e grupos não agrícolas, como as escolas.

O mundo enfrenta atualmente uma crise climática e natural, com a gestão sustentável das terras a assumir um novo nível de importância. É necessário que cada aldeia, cidade e região aproveite cuidadosamente a sua terra para produzir alimentos, combustível e fibras, restaurar a biodiversidade, sequestrar carbono e ligar as pessoas à natureza, de modo a responder à emergência ecológica.

Os estudos de caso aqui presentes fornecem *insights* valiosos, com os quais nos podemos inspirar e aprender, para que juntos possamos estar à altura deste grande desafio, que exige ação coletiva a uma escala nunca antes vista na história.

¹ Comissão Europeia, Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030. Publicado em 20 de maio de 2020

Estudos de caso

Estudo de caso 1: Roménia – Gestão de terras comunais

A gestão tradicional das pastagens e a elaboração de queijos em Alunişu, uma aldeia nas montanhas da Transilvânia, Roménia, são exemplo de uma abordagem comunitária à gestão de terras de uso comum. Lars Veraart, cofundador da Provision Transylvania, uma quinta e centro de aprendizagem para a agroecologia e a não-violência, é um agricultor novo na região. Lars explica o seu trabalho com os sistemas tradicionais de aproveitamento das terras em virtude da sua importância para a preservação da biodiversidade dos prados e para a vida na comunidade rural onde se insere.

As longas tradições de gestão comum de grandes parcelas de terra aqui presenciadas podem servir de exemplo para as práticas agroecológicas modernas.

A aldeia de Alunişu (nome romeno) ou Magyarókereke (nome húngaro) situa-se na Transilvânia, no noroeste da Roménia. A 650 metros de altitude, Alunişu possui um típico clima continental de montanha, com invernos frios, primaveras chuvosas e verões quentes e maioritariamente secos. A estação de pastoreio dos animais começa no final de abril e prolonga-se até ao princípio de dezembro.

À data de 2020, Alunişu tem aproximadamente 100 habitantes, dos quais dois terços são de etnia húngara e um terço de etnia romena (a que se juntam três nacionalidades estrangeiras, incluindo o autor do presente estudo de caso). Em 1940, a aldeia era habitada por mais de 750 pessoas. Este número diminuiu drasticamente durante a época comunista, em virtude de muitos dos camponeses terem sido deslocados para trabalhar em fábricas nas cidades. No final desta era (dezembro de 1989) restavam pouco mais de 200 aldeões.

Desde então, a população da aldeia tem vindo a assistir a um constante declínio, maioritariamente motivado pela saída (agora voluntária) dos jovens para as cidades ou para o estrangeiro. Também o número de animais tem diminuído. Em 1985, existiam mais de 200 vacas, 100 cabras, 350 ovelhas e 180 porcos. Atualmente, os camponeses de Alunişu possuem um total aproximado de 15 vacas, 10 cabras, 50 ovelhas e 25 porcos.

As terras agrícolas que rodeiam a aldeia (750 hectares) são ainda parcialmente detidas e exploradas pelos camponeses locais. Algumas centenas de hectares de campos das imediações da aldeia (a quantidade exata, desconhecida, aumenta anualmente) foram adquiridos por uma grande exploração de ovinos, que produz milhares de ovelhas para carne e exporta para o Médio Oriente.

Parte das terras em volta da aldeia são terras comunais, ou seja, terras detidas e utilizadas de forma coletiva pelas comunidades rurais, de acordo com normas definidas por essas mesmas

comunidades². Cerca de 10% da área agrícola utilizada na Roménia são terras comunais. Ao invés de comprarem ou arrendarem as suas próprias terras, os agricultores tradicionais constituem pequenos grupos que apascentam o seu gado em conjunto nestas terras.

Em troca do acesso para os seus animais, estes grupos contribuem para as necessidades financeiras e de manutenção destas terras de uso comum. Sem o acesso a terras de uso comum, estes agricultores não teriam como manter o seu gado, devido aos custos associados à aquisição ou arrendamento das quantidades de terra necessárias.

As terras utilizadas de forma comunal pelos habitantes da aldeia (cerca de 60 hectares) fazem parte dos contrafortes da montanha Horaita (1.078 m), que não são facilmente acessíveis por máquinas de cultivo, motivo pelo qual são utilizadas para pastoreio pelos agricultores locais. A maior parte dos pastos comunais são propriedade de muitas famílias diferentes, que entram coletivamente em acordo para a sua utilização conjunta pelos habitantes da aldeia. Em Alunişu, este acordo é realizado de forma oral, não existindo formalização perante qualquer associação oficial ou entidade legal. O acordo é reavaliado anualmente, numa reunião comparecida pelas partes interessadas. Outras aldeias da região recorrem a entidades legalmente estabelecidas para a gestão das suas terras comunais.

As terras comunais em Alunişu ao longo dos últimos 100 anos

Antes do regime comunista, parte das terras comunais eram pastagens, sendo outra parte utilizada para o cultivo de trigo. Durante o regime comunista, a coletivização forçada de terras e animais comprometeu seriamente o uso autónomo das terras comunais.

Em Alunişu, a coletivização começou no início da década de 60. Alguns agricultores aderiram voluntariamente, outros foram posteriormente forçados a fazê-lo. Esta situação foi geradora de desconfiança, não só no governo, mas também entre os membros da comunidade. Desconfiança esta que aparenta ainda dificultar muitas potenciais formas de cooperação – como o estabelecimento de uma entidade jurídica dedicada à preservação das terras comunais.

Entre 1990 e 2016, tanto os pastos comunais desta comunidade como o seu rebanho de ovelhas estiveram alugados a um ovinicultor de uma aldeia próxima (explicaremos abaixo como funcionou e continua a funcionar). Os aldeões recorreram igualmente aos serviços de um pastor para as suas vacas.

Todas as manhãs, ao nascer do sol, este pastor percorria a aldeia, sendo que cada camponês lhe entregava a sua vaca ou vacas (um máximo de quatro por agregado familiar). O pastor conduzia o gado pelas terras comunais até ao entardecer, altura em que as trazia de volta, de estômagos e úberes cheios. As vacas retornavam aos seus estábulos, nas traseiras das casas dos respetivos donos, onde eram ordenhadas e passavam a noite. Esta rotina tinha início no dia 24 de abril

² L.M.E. Sutcliffe, I. Paulini, G. Jones, R. Marggraf e N. Page. Pastoral commons use in Romania and the role of the Common Agricultural Policy. *International Journal of the Commons*, 7, 58–72 (2013).

(Dia de São Jorge na Roménia) e prolongava-se até 6 de dezembro (Dia de São Nicolau), ou uma data anterior, caso a neve chegasse mais cedo.

Pastagem tradicional

Este sistema foi funcionando e o número de vacas diminuindo, até que as poucas famílias que ainda possuíam uma vaca deixaram de poder pagar os serviços de um pastor durante todo o verão. Em Alunișu, este momento chegou em 2016.

Em 2020, as restantes 15 vacas encontram-se confinadas numa parte das terras comunais, com a ajuda de uma simples cerca eletrificada. Os proprietários levam as suas vacas de manhã e vão buscá-las à noite. O remanescente das terras comunais é utilizado por um pequeno criador de ovinos, que vive numa aldeia mais acima nas montanhas e leva o seu rebanho para Alunișu por volta do dia 24 de abril.

Este ovinicultor, que paga à comunidade cerca de 900 euros, a título de aluguer das suas terras comunais, fica com o seu rebanho até à chegada do inverno. Metade do valor pago é doado à igreja (para evitar as complicações advindas de ter de pagar a cada um dos muitos proprietários), sendo a metade restante para a mão-de-obra da manutenção das pastagens. Além de cuidar das suas próprias ovelhas, este criador cuida também das cabras e ovelhas dos camponeses de Alunișu. Por este trabalho, recebe aproximadamente 7,50 euros por animal e por estação (sete meses). Entrega 40 litros de leite de cada animal que ordenha, ficando com o restante para si.

Assim, por exemplo, se uma família possui seis ovelhas que passam o verão com o pastor, este recebe 45 euros (6 x 7,50 euros), recebendo a família, em troca, 240 litros (6 x 40 litros) de leite. Este leite é recebido em parcelas de 50-100 litros de cada vez e utilizado no fabrico de queijo. Cada família assegura ao pastor as refeições do dia em que este lhe vai entregar o leite.

Este sistema de troca junta as tradições antigas às novas circunstâncias e mantém o funcionamento de toda a comunidade. Sem acesso às terras comunais, os camponeses locais não poderiam manter as vacas, ovelhas ou cabras das respetivas famílias. A estrutura das suas vidas, bem como todo o estilo de vida da comunidade, teria assim o seu fim.

A maior parte do leite das ovelhas é utilizado para queijo. O pastor elabora queijo todos os dias e vende-o localmente. O leite recebido pelos aldeões é consumido pelos mesmos. O pároco local tornou-se também queijeiro – compra leite de vaca aos aldeões e leite de ovelha ao pastor, faz e vende o seu próprio queijo. Começou a produzir queijo quando viu que o camião de recolha de leite tinha deixado de visitar Alunișu.

A recolha de leite cessou porque o abastecimento da aldeia, relativamente pequena, não era economicamente viável para a cooperativa leiteira da região (agora propriedade da FrieslandCampina, uma empresa multinacional sediada nos Países Baixos). Com esta mudança, os aldeões viram desaparecer uma parte importante dos seus rendimentos e, caso o pároco não

tivesse interferido e começado a comprar o leite, viam-se forçados a vender as suas vacas. Por agora, existe um equilíbrio frágil, mas funcional, entre animais, terra e pessoas.

O futuro

As terras comunais encontram-se sob pressão e não apenas em Alunişu. O emparcelamento, a compra de terras em larga escala por grandes empresas, a diminuição do número de pequenos agricultores e a desigualdade na distribuição dos subsídios da Política Agrícola Comum Europeia são alguns dos motivos por detrás desta situação.

A existência de terras comunais é crucial para a continuidade da agricultura de subsistência. O ressurgimento de algumas terras comunais poderá ajudar os agricultores, sejam estes novos ou já estabelecidos, a gerir pequenas quantidades de animais enquanto mantêm o acesso a terras de pastagem suficientes. Este modelo tem o potencial para fazer uma grande diferença na viabilidade de muitas explorações agroecológicas em pequena escala.

Para além das muitas vantagens diretas representadas pelas terras comunais para os pequenos agricultores, toda a comunidade, em geral, beneficia do enriquecimento natural e cultural que representam. As terras de pastagem comunais são lar para um número de espécies de plantas e animais muito maior do que as pastagens monocultura das explorações agrícolas industrializadas. Também o reforço dos laços sociais que representam contribui para comunidades locais mais resilientes.

Dicas práticas:

- Repensar, de forma flexível, o conceito de terras comunais. As cooperativas e associações, oficialmente constituídas ou não, podem ajudar conjuntamente na gestão das terras de pastagem. Um conjunto de pequenos agricultores tem vantagem em unir-se, visto que podem dividir o trabalho e aumentar a sua capacidade de solicitar subsídios..
- Tanto cidadãos que ainda não se dedicam a atividades agrícolas como novos agricultores poderão ver aumentado o seu interesse em aderir a um projeto.
- Pensar no “conceito de aldeia”. O provérbio africano “é necessária uma aldeia para criar uma criança” pode ser trazido para aqui como “é necessária uma aldeia para se ter um rebanho”.
- Levar a atenção para os fundos europeus de desenvolvimento.
- Estar bem informado relativamente à dinâmica agrícola local, de modo a não perder oportunidades surpreendentes e evitar desilusões inesperadas.

Pastores da aldeia (foto: Lars Veraart).
--

Queijo de ovelha (foto: Lars Veraart).
--

Recomendações de políticas:

- Valorizar e proteger as terras comunais que ainda restam e recuperar aquelas que se perderam.

- Mais subsídios para os pequenos agricultores por parte da Política Agrícola Comum (PAC) da UE.
- Política local: transparência para novos e jovens agricultores. A política nacional deverá apoiar consultoria local e cadeias de abastecimento alimentar curtas ('do prado ao prato').
- É necessário reconhecer os pequenos agricultores agroecológicos como contribuidores essenciais para um novo modelo agrícola sustentável.

Imagem

Estudo de caso 2: Escócia – Ação coletiva para acesso a terras

Por norma, o maior desafio dos recém-chegados à agricultura é encontrar uma parcela de terra adequada para a sua atividade. Roz Corbett é uma nova agricultora que foi buscar inspiração à organização francesa de apoio à agricultura camponesa Terre de Liens e que se encontra a trabalhar com o Scottish Farmland Trust e uma rede de *land trusts* (fundos fundiários) comunitários em toda a Europa, com o objetivo de ajudar novos agricultores a ter acesso e a gerir as suas terras.

Assembleia geral anual do Scottish Farmland Trust (foto: Roz Corbett)

Na Europa, uma pequena, mas significativa porção daqueles que estão a começar a dedicar-se a atividades agrícolas provém de famílias sem tradição no ramo³. Tradicionalmente, os novos agricultores são filhos de agricultores que assumem os negócios da família, trabalhando terras que também já foram dos seus pais e avós. No entanto, estudos sugerem⁴ que um número crescente de pessoas se está a voltar para a agricultura como modo de vida, trazendo consigo abordagens ao aproveitamento das terras que combinam uma consciência atual sobre a crise ambiental que vivemos e a produção sustentável de alimentos.

Em particular, alguns destes recém-chegados estão a criar pequenas explorações agrícolas biológicas, com cadeias de abastecimento mais curtas – escoando a produção em mercados locais, por exemplo, em vez de a fazer chegar a uma grande cadeia de supermercados.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos novos agricultores, na Europa, é encontrar – e ter acesso – terras adequadas para a agricultura. Outros problemas de relevo mostram a dificuldade em aprender a estabelecer e gerir uma exploração agrícola e encontrar um mercado para os seus produtos.

Dito isto, como poderão os novos agricultores trabalhar em conjunto no sentido de criarem oportunidades de acesso e gestão coletiva das terras?

Têm vindo a ser estabelecidas iniciativas na Europa com o objetivo de ajudar os recém-chegados à agricultura. Em França, uma destas organizações pioneiras é a Terre de Liens (TdL), criada, em 2003, para prestar apoio prático a pequenos praticantes da agricultura biológica.

A Terre de Liens presta assistência aos seus associados no acesso à terra, através da compra de propriedades que depois fornece aos agricultores, para que as explorem em conformidade com práticas ecológicas, mediante contratos de arrendamento sem termo ou a longo prazo. Assim, é fundamental uma abordagem coletiva à gestão das terras constituídas pelas parcelas agrícolas

³ European Access to Land network. *Europe's new farmers: Innovative ways to enter farming and access land* (2018). Disponível em: www.accesstoland.eu

⁴ N. Monllor i Rico e A.M. Fuller. Newcomers to farming: towards a new rurality in Europe. *Documents d'Anàlisi Geogràfica* 62, 531–551 (2016).

contíguas dos associados. Cada uma destas explorações funciona individualmente, mas como parte de um plano mais abrangente de apoio ao ecossistema e cultivo ecológico.

A gestão destes terrenos agrícolas é realizada com a cooperação e a colaboração das autoridades locais e dos cidadãos, tanto através da realização de eventos, como workshops e visitas guiadas às explorações, como pelo fornecimento de produtos frescos a estabelecimentos e mercados agrícolas locais.

Desde a sua criação, a Terre de Liens já prestou o seu apoio a cerca de 200 agricultores em 150 explorações, tendo contribuído para a preservação de 3.200 hectares de terras agrícolas em toda a França. O seu trabalho é fundamental, uma vez que o futuro da agricultura é uma grande preocupação em França, país onde, anualmente, se reformam cerca de 30.000 agricultores, face aos apenas 13.000 que iniciam a sua atividade⁵. Adicionalmente, 72% dos novos agricultores ajudados pela Terre de Liens, apesar do seu vivo interesse numa carreira dedicada à agricultura, não provêm de famílias de agricultores.

A ação coletiva na criação de redes de *land trusts* na Europa

Roz Corbett é uma nova agricultora que se inspirou na Terre de Liens nos primeiros dias do desenvolvimento do Scottish Farmland Trust. "Muitas pessoas querem começar na agricultura", afirma, acrescentando que "Vivo em Glasgow, onde existe um enorme mercado para os alimentos locais, mas o acesso à terra, muito cara, é extremamente limitado. Com acesso à terra, eu poderia ter uma bonita quinta, onde poderia dar emprego a muitas pessoas, formar outros novos agricultores, fornecer alimentos de boa qualidade e cuidar do meio ambiente. Não estou interessada em ser proprietária de terras. Apenas quero cuidar bem delas."

A Escócia apresenta um dos padrões de propriedade fundiária mais concentrados da Europa, o que torna muito difícil a um recém-chegado conseguir encontrar terra para si. Qualquer terreno que seja colocado à venda, além de caro, é normalmente vendido aos proprietários de quintas já existentes, ao invés de colocado no mercado para o público em geral. A habitação também é muito difícil de conseguir, com os contratos de arrendamento a apresentarem condições pouco vantajosas.

Os *land trusts* são solução para os dois problemas acima apresentados, uma vez que permitem aos novos agricultores o acesso a terras das dimensões que necessitam, ao abrigo de arrendamentos a longo prazo.

Workshop de partilha de sementes (foto: Clem Sandison)

A manutenção da propriedade fundiária através de *trusts* serve de suporte a uma gestão em maior escala dos habitats, através das explorações agrícolas, apoiando também as cadeias de abastecimento coletivas. Para os gestores de terras, saberem que estas terão o seu *ethos*

⁵ https://www.accesstoland.eu/IMG/pdf/a2l_newentrants_handbook.pdf

presente salvaguardado para as gerações futuras, permite-lhes pensar a longo prazo e plantar árvores ou recuperar solos e prados.

Em 2016, membros do Scottish Farmland Trust, juntamente com outros elementos provenientes da República Checa, Alemanha e Grécia, realizaram uma visita, com a duração de uma semana, a funcionários e associados da Terre de Liens para partilhar experiências e ensinamentos.

Quando Veronique Rioufol, da Terre de Liens, visitou a Escócia para um evento no parlamento, encontrou-se com a Scottish Land Commission com o intuito de os inspirar a criar um programa de apoio ao arranque de explorações agrícolas e a discutir os regulamentos do mercado fundiário.

Roz afirma que "Estas redes de acesso à terra à escala europeia trarão consigo uma revolução na propriedade e gestão das terras, através da criação de *land trusts* em cada região!"

Terras agrícolas na Escócia

Dicas práticas:

- A criação de redes é a melhor forma de encontrarmos o apoio necessário para nos iniciarmos na agricultura.
- É possível iniciar uma carreira na agricultura, tanto após formação académica no ramo, como de forma progressiva (aprendendo com a prática).
- Identificar e cultivar ligações com a comunidade local pode nos ajudar a assegurar as propriedades adequadas para a criação de um fundo de terras agrícolas.
- É necessário pensar em como “o todo pode ser mais do que a soma das partes”.

Recomendações de políticas:

- Os governos nacionais e a UE deverão apoiar o financiamento dos *land trusts* através dos seus orçamentos para o desenvolvimento rural, também como meio para uma gestão das terras mais sustentável, do ponto de vista ambiental.
- A UE deverá subsidiar os novos agricultores com capital de arranque.
- Os apoios sob a forma de subsídios deverão ter em conta as alterações que têm vindo a ser experimentadas pela comunidade agrícola, com especial foco naqueles que poderão não ter direito aos subsídios tradicionais, como os agricultores de idade mais avançada (superior a 40 anos), ou prestando apoio a explorações de nicho e a modelos inovadores de aproveitamento das terras, como a agroecologia e a agro-florestação.
- Os benefícios fiscais com base no investimento social são uma ajuda preciosa ao estabelecimento de *land trusts*.

Ovelha escocesa

Estudo de caso 3: Itália – A ação coletiva para a renovação regional

As bio-regiões italianas são exemplos de ação coletiva a nível regional que juntam à gestão das terras a produção de alimentos biológicos, as comunidades locais e os seu patrimónios culturais e ofícios tradicionais. Andrea Ferrante é um dos fundadores do movimento italiano das bio-regiões e explica-nos como a cooperação entre autoridades locais, agricultores, mercados alimentares e turismo apoia a biodiversidade e os rendimentos dos agricultores locais, ao mesmo tempo que promove o património cultural e a identidade local de cada região. É seu objetivo encorajar os jovens a dedicarem-se à agricultura biológica de pequena escala.

As bio-regiões promovem a colaboração entre agricultores, habitantes locais, operadores turísticos, autoridades e outras instituições e organizações históricas e culturais, no sentido de revitalizar regiões inteiras a nível económico, social e ambiental.

A Itália possui 30 bio-regiões, tendo a primeira, a Bio-Região del Cilento, sido estabelecida em 2004 (apesar do reconhecimento formal ter chegado apenas em 2009) e a mais recente, a Bio-Região Maremma Etrusca e Monti della Tolfa, criada este ano (2020). Têm vindo a ser criadas bio-regiões, não só por toda a Itália, mas também além-fronteiras – Rede Internacional das Bio-Regiões (INNER), criada em 2014, inclui Portugal, França, Áustria, Suíça e Espanha.

O Biodistretto della Via Amerina e delle Forre é uma associação que abrange 13 comunas da Província de Viterbo, sendo a associação local (50 km a norte de Roma, uma área com cerca de 70.000 habitantes) de produtores biológicos uma parceria de mais de 300 explorações agrícolas biológicas em atividade.

Esta associação tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável a nível territorial através de uma abordagem agroecológica que inclui o turismo sustentável, a utilização de energias renováveis, medidas de proteção ambiental, gestão sustentável dos resíduos e a promoção da economia circular.

O *biodistretto* tem também como objetivo ajudar a comunidade local a mudar para um modelo de produção com zero emissões. Promove a utilização de energias renováveis e é o mais importante interveniente a nível local na criação de condições para viabilizar a realização do projeto, através do envolvimento das autoridades públicas locais, da sociedade civil e do setor privado.

Azienda Lucciano (foto: Andrea Ferrante)

Amerina (foto: Andrea Ferrante)

Inovação sustentável

Moro em Viterbo, no centro de Itália, onde fui um dos cofundadores da Bio-Região della Via Amerina e delle Forre, em 2011.

Faço parte de uma cooperativa agro-social que gere uma exploração de vegetais biológicos, com quatro hectares, na Toscana, e uma exploração com sete hectares, de pastos e cereais, em Civita Castellana, que produzem, acima de tudo, vegetais biológicos para os mercados locais da província de Viterbo e Roma, que fica a cerca de 50 km (30 milhas) a sul. Desde que me lembro que a nossa região – com cerca de 70.000 habitantes que habitam uma rede de pequenas quintas e aldeias antigas – possui um movimento dedicado à agricultura biológica.

Na nossa bio-região, agricultores e criadores de gado produzem e comercializam diversos produtos: vinho, azeite, queijos, entre os quais, mozzarella e queijo de ovelha, produtos de carne de suíno e açafraão. Temos um negócio de agroturismo e uma escola internacional de agroecologia, chamada Schola Campesina.

Muitos dos produtos da nossa região são vendidos tanto nos principais mercados de Roma como noutros locais mais pequenos. Os hábitos das pessoas mudaram com a atual pandemia de coronavírus. Ao invés de irem a restaurantes e casas de amigos, hoje em dia, as pessoas tomam o pequeno-almoço, almoço e jantar em suas casas. As famílias locais procuram adquirir alimentos de boa qualidade, o que fez com que os agricultores desenvolvessem esquemas de venda direta. Este tipo de adaptação é um ponto forte dos pequenos agricultores da nossa bio-região – não estamos ligados a um único mercado em particular, pelo que conseguimos adaptar-nos facilmente a novas situações.

Os pequenos agricultores e criadores de gado que habitam a Bio-Região della Via Amerina e delle Forre são inovadores. Chamo-lhes inovadores porque conseguiram adaptar os seus métodos agrícolas tradicionais às exigências do mundo moderno, continuando, mesmo assim, focados na sustentabilidade. Os agricultores possuem fortes princípios sociais e culturais, e trabalham em conjunto com a comunidade local. Parte do *ethos* por detrás do movimento das bio-regiões consiste em ir além da "quinta isolada". Como cooperativa, aprendemos que somos mais eficazes ao trabalhar como um conjunto de explorações que abrange toda a comunidade. É necessário que agricultores e outros profissionais trabalhem em conjunto, em prol de um modelo sustentável de produção e distribuição alimentar.

Integrar uma bio-região pode também ajudar a proteger um território de ameaças como as alterações do uso dos solos e a poluição. Por exemplo, no nosso território existem várias antigas pedreiras que algumas empresas de eliminação de resíduos pretendem utilizar como aterros. Temos um elevado número de explorações em regime biológico nessa região e preocupa-nos que a utilização dessas pedreiras como depósitos de resíduos possa poluir os lençóis freáticos, e que, por sua vez, isso se revele prejudicial para a biodiversidade e os terrenos agrícolas da região. Em alternativa a este cenário, preferimos que seja realizada uma gestão sustentável dos resíduos, reciclando diversas frações dos mesmos – orgânicos, plásticos, alumínio, vidro e papel, por exemplo – evitando que as antigas pedreiras sejam utilizadas de forma não sustentável.

O problema das avelãs

A nossa região é uma das principais zonas produtoras de avelã na Itália. As nossas explorações de avelã costumavam ser de pequenas dimensões, mas têm vindo a crescer desde a década de 70. Um dos maiores desafios socioeconómicos e ambientais que enfrentamos na nossa bio-região é o das plantações de avelã em regime intensivo. Em 2012, assistimos à chegada de grandes explorações a produzir para a multinacional Ferrero, produtora da Nutella.

Algumas das explorações biológicas da nossa bio-região encontram-se próximas das monoculturas de avelã e os agricultores que as trabalham receiam que os pesticidas utilizados no cultivo dessas avelãs possam ter efeitos devastadores sobre populações de insetos e polinizadores essenciais. A redução da biodiversidade poderá ter um impacto negativo nas explorações biológicas locais, que dependem de formas naturais de controlo de pragas. Os agricultores da nossa bio-região encontram-se a trabalhar em conjunto com as autoridades locais para garantir que a utilização de pesticidas nas grandes explorações é efetuada de acordo com as diretivas da UE. Ao trabalharmos em conjunto, como um grupo de agricultores, somos mais fortes e mais capazes de salvaguardar a saúde das comunidades locais e do meio ambiente.

A implementação de uma abordagem agroecológica conduzirá a uma melhor proteção da biodiversidade local e a uma redução visível dos gases com efeito de estufa.

Castel Sant Elia (foto: Andrea Ferrante)

Mantendo viva a tradição

Outro papel importante das bio-regiões consiste em proporcionar uma melhor educação nas escolas, com vista a ajudar as crianças a compreender o território e o valor da agricultura biológica para a sustentabilidade. Há vinte anos atrás, os produtores biológicos italianos eram ridicularizados pelo seu modo de vida alternativo, mas hoje em dia já somos vistos como parte fundamental da sociedade.

Nós, agricultores biológicos, somos reconhecidos pela comunidade e é com todo o orgulho que encorajamos uma nova geração a aderir à nossa profissão. Os mais jovens têm a coragem de adotar uma abordagem agroecológica e de cuidar do ambiente. A Bio-Região della Via Amerina e delle Forre é uma experiente cooperativa social que presta o seu apoio ao estabelecimento dos recém-chegados à agricultura, proporcionando-lhes aconselhamento relativamente a técnicas agrícolas e a encontrar terras para cultivar.

Encontrar terras para cultivar pode ser difícil, uma vez que os pequenos produtores biológicos se veem obrigados a competir com grandes empresas que investem em grandes explorações e fazem subir os preços das propriedades. As grandes explorações de avelã estão a mudar o tecido social das comunidades locais, ao absorverem numerosas pequenas explorações que eram comuns há 20 anos atrás.

Perspetivas futuras

A nossa bio-região é uma organização sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica, que

inclui agricultores, institutos culturais, oleiros artesanais e académicos da Universidade de Tuscia, de Viterbo. Como planos para o futuro, vamos continuar o nosso trabalho na política alimentar local, abordando quatro domínios principais:

1. Adotar práticas agroecológicas sustentáveis em 50% do total da nossa terra arável. Atualmente, cerca de 23% do total de terra arável da nossa bio-região (o território das 13 comunas) já é explorada segundo práticas biológicas ou agroecológicas.
2. Alcançar o desperdício zero em todas as aldeias.
3. Promover as fontes de energia renováveis.
4. Estimular o ecoturismo através da promoção do caminho da Via Amerina, ao estabelecer uma rede local de museus e abrir um pequeno hotel e restaurantes.

A título de exemplo do nosso trabalho, a nossa cooperativa arrendou uma quinta a um agricultor reformado que não queria vender as suas terras. O agricultor apoia a nossa cooperativa com a sua experiência e conhecimentos, ou seja, as suas práticas serão perpetuadas pelas gerações futuras – é exatamente esta a forma de transmissão de conhecimento que é típica de uma bio-região. Queremos garantir que as cidades e aldeias das zonas rurais são lugares atrativos para viver, que os nossos residentes desfrutem de elevada qualidade de vida e que os nossos jovens conseguem encontrar emprego.

Nos próximos anos, a cooperativa começará a cultivar em Civita Castellana um terreno que arrendámos à Igreja. Planeamos utilizar esta terra para a realização de atividades educativas e, eventualmente, também para o cultivo e comercialização de alcachofras. A variedade de alcachofra local é denominada "carciofo di Orte" - Orte é uma aldeia à beira do rio Tibre, no norte da bio-região. As alcachofras "carciofo di Orte" são uma especialidade regional da região do Lácio, reconhecida mediante caracterização genómica. Planeamos candidatar-nos ao estatuto de Indicação Geográfica Protegida (IGP), o que irá acrescentar valor às nossas culturas. O estatuto IGP ajudará a fortalecer a rede de agricultores locais envolvidos no programa para ressuscitar esta variedade antiga, ligação valiosa ao património cultural da nossa comunidade.

Esperamos servir de inspiração aos agricultores de toda a Europa para que criem os seus próprios coletivos, trabalhando em conjunto para poderem ir mais além da sua já fantástica individualidade. A dinâmica promovida pelo trabalho desta e de muitas outras bio-regiões de Itália é um exemplo de uma nova e abrangente abordagem aos sistemas alimentares e à nutrição, mostrando que a agroecologia é o caminho a seguir, de uma escala local até um panorama global.

Dicas práticas:

- Ir além da mera produção alimentar, incluindo outros setores de atividade, como o turismo e os ofícios.
- Adotar uma abordagem abrangente e manter uma mente aberta ao trabalhar com outros.
- Cada região necessita de adotar um enfoque com base no seu ambiente local e na sua diversidade natural e cultural.

- Criar uma associação de agricultores, de modo a permitir que estes trabalhem em conjunto ao negociar com os órgãos de poder locais.

Recomendações de políticas:

- O governo central do país deverá prestar apoio financeiro, tanto a associações de agricultores como aos municípios, para a realização de iniciativas territoriais regionais no contexto de um plano nacional.
- Os fundos europeus de desenvolvimento regional deverão dar o seu apoio ao conceito de bio-região.
- A criação de bio-regiões deverá integrar os programas de recuperação económica "verde" face à COVID-19, como forma de promoção de um crescimento económico sustentável.
- O conceito de bio-região poderá ser associado ao de mobilidade sustentável, por exemplo, através de novos investimentos em vias férreas.
- Deverá proceder-se à incorporação dos *land trusts* comunitários no modelo das bio-regiões, de modo a proporcionar aos novos agricultores melhor acesso às terras; medida a implementar em conjunto com legislação dedicada a limitar a compra de terras por empresas estrangeiras.

Azienda Lucciano

Imagem

Estudo de caso 4: Reino Unido - Redes de Recuperação da Natureza: colaboração do nível local ao europeu para a recuperação da biodiversidade

O Reino Unido faz parte de um plano europeu mais abrangente de criação de corredores de biodiversidade através da ligação de diversas iniciativas de gestão colaborativa das terras, tendo em vista a reintegração da natureza na paisagem. Sue Young, do *The Wildlife Trusts*, uma instituição de beneficência britânica, explica como é possível implantar uma rede nacional de conservação da natureza em todo o Reino Unido. Ines Cavill trabalha a nível local, junto de agricultores e gestores de terras, em Char Valley, Dorset, no sul de Inglaterra, num projeto liderado pela comunidade, denominado "Lifelines", que combina diferentes propriedades (independentemente das suas dimensões), como parte deste ambicioso esforço europeu de gestão das terras.

A crise da biodiversidade

A recuperação dos ecossistemas ao nível local e da paisagem é essencial. A perda global de biodiversidade constitui uma crise que decorre a um ritmo sem precedentes na história humana, de acordo com a Plataforma Intergovernamental Científico-Normativa sobre Diversidade Biológica e Serviços dos Ecossistemas (IPBES). Muitos tipos de habitat enfrentam atualmente a perda generalizada de espécies de aves e mamíferos, insetos e plantas, tanto em ambientes terrestres como aquáticos: um relatório da WWF,⁶ em 2018, apurou que as populações globais de vida selvagem (peixes, aves, mamíferos, anfíbios e répteis) tinham diminuído, em média, 60% entre 1970 e 2014. Estas perdas foram aceleradas por atividades humanas como a desflorestação, a poluição e alterações do uso dos solos – algumas destas ações destrutivas são decorrentes da agricultura e da produção de alimentos⁷.

Um ecossistema saudável é aquele que suporta grande número de diferentes espécies de animais e plantas. A biodiversidade é importante por muitos motivos, entre os quais se incluem a saúde dos solos, o armazenamento de carbono, a polinização e o aproveitamento de espécies vegetais para a criação de novos medicamentos – para não mencionar a saúde e bem-estar do ser humano. Proteger e recuperar os ecossistemas e a vida selvagem é uma tarefa urgente, mas complicada pela presença necessária de outros fatores, como a agricultura e a produção de energia. Em consequência, governos, organizações não governamentais, agricultores e académicos têm vindo a investigar as formas mais eficazes de aproveitar as terras, de modo a apoiar a recuperação da natureza.

Curso de água em Char Valley (foto: Kit Vaughan)

A Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030⁸ discute um plano visionário, a longo prazo, de recuperação da biodiversidade. Parte essencial desta proposta da CE envolve a mitigação das

⁶ WWF. 2018. Living Planet Report - 2018: Aiming Higher. M. Grooten e R.E.A. Almond (Eds). WWF, Gland, Suíça.

⁷ M.R.W. Rands et al. Biodiversity conservation: challenges beyond 2010. *Science*, nº 329, 1298-1303 (2010). Doi: 10.1126/science.1189138

⁸ Comissão Europeia, Estratégia de Biodiversidade da UE para 2030, Trazer a natureza de volta às nossas vidas. CE: Bruxelas (2020).

perdas naturais, evitando a extinção de espécies, através do alargamento da rede de áreas protegidas e do desenvolvimento de um Plano da UE de Restauração da Natureza.

A criação de áreas de conservação da natureza, como é o caso dos parques nacionais, é uma forma (tradicional) de promover a proteção de espécies. São várias as iniciativas que promovem abordagens interligadas à conservação da natureza, como as reservas transfronteiriças, sendo que as que acarretam benefícios económicos estão a adquirir uma importância cada vez maior⁹.

A política britânica relativamente aos esquemas de gestão ecológica das terras

No Reino Unido, encontra-se em desenvolvimento um esquema que pretende inspirar a ação coletiva para o estabelecimento de Redes de Recuperação da Natureza como parte dos seus novos Sistemas de Gestão Ambiental das terras, bem como um ambicioso "Plano Ambiental a 25 Anos"¹⁰ em linha com o plano pan-europeu de recuperação da natureza.

O documento *A Green Future: Our 25 Year Plan to Improve the Environment*¹¹ (Um Futuro Verde: O nosso Plano de 25 Anos para Melhorar o Ambiente) contém planos para reverter as perdas involuntárias de natureza em ambientes terrestres, de água doce e marinhos. As estratégias do governo britânico incluem a plantação de 11 milhões de árvores e o estabelecimento de uma Rede de Recuperação da Natureza, a última destinada a "proteger e recuperar a vida selvagem e a proporcionar oportunidades de reintrodução de espécies desaparecidas do nosso meio rural".

As práticas agrícolas são essenciais para o sucesso desta estratégia. A alteração do uso dos solos agrícolas tem sido um dos principais motores da perda de biodiversidade. É necessário que existam subsídios de apoio à agricultura agroecológica e à agroflorestação, de modo a que se promova a recuperação das espécies através de melhorias da saúde dos solos e da criação de sebes e corredores de vida selvagem, promovendo o crescimento da flora silvestre, benéfica para os insetos, aves e outros animais selvagens.

Adicionalmente, a existência de uma Rede de Recuperação da Natureza ajudará o Reino Unido a cumprir o Objetivo 15 de Desenvolvimento Sustentável da ONU: "assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados e travar a perda de biodiversidade".

Para alcançar os seus objetivos abrangentes, o governo britânico procederá à criação de 500.000 hectares de habitats ricos em vida selvagem, para ligar áreas protegidas já existentes em diferentes paisagens, como florestas, regiões costeiras, turfeiras, prados e matagais. Esta

⁹ M.R.W. Rands et al. Biodiversity conservation: challenges beyond 2010. *Science* nº 329, 1298–1303 (2010). Doi: 10.1126/science.1189138

¹⁰ Governo do Reino Unido, Departamento do Meio Ambiente, Assuntos Alimentares e Rurais. Documento de orientação de 10 de março de 2020: Nature and conservation covenants (partes 6 e 7). Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/environment-bill-2020/10-march-2020-nature-and-conservation-covenants-parts-6-and-7> [acedido a 16 de junho de 2020].

¹¹ Governo do Reino Unido. *A Green Future: Our 25 Year Plan to Improve the Environment* (2018).

medida trará consigo o benefício adicional de proporcionar mais espaços para as pessoas poderem passar tempo na natureza e apreciar a vida selvagem.

A criação de uma rede de proteção da natureza

Organizações como a *The Wildlife Trusts* estão a prestar o seu apoio ao governo britânico no desenvolvimento destes planos.

Sue Young explica: "Múltiplas delegações da *Wildlife Trust* estão a trabalhar no desenvolvimento de mapas para a Rede de Recuperação da Natureza da sua área. Propomos que todas as Redes de Recuperação da Natureza locais se juntem para formar uma Rede de Recuperação da Natureza nacional. O ideal seria que as Redes de Recuperação da Natureza abrangessem tanto regiões rurais como urbanas, ligando diferentes habitats de vida selvagem, em particular para espécies que dependem de ambientes cultivados pelo homem.

Se os agricultores trabalharem em conjunto, a sua ação possuirá um impacto muito maior para a vida selvagem. Por exemplo, a recuperação de uma pequena área de prado, rica em espécies, mas isolada, será benéfica para a biodiversidade. No entanto, se selecionarmos uma área capaz de proporcionar uma ligação funcional, um corredor para a dispersão dessas espécies, conseguiremos benefícios substancialmente superiores aos conseguidos numa área isolada. As Redes de Recuperação da Natureza proporcionam uma oportunidade de orientar a aplicação do erário público para a criação de habitats e possibilidades de melhoramento das suas redes. Por exemplo, estes fundos deverão visar a criação de solos saudáveis e de populações fortes e abundantes de polinizadores."

A aproximação das redes ao nível local

Os residentes de Char Valley, em Dorset, têm trabalhado ao nível da sua localidade na implementação desta estratégia britânica de recuperação da natureza, através de ação coletiva entre os agricultores locais, os habitantes da povoação e o conselho da respetiva paróquia civil. Após declarar uma emergência climática, o conselho local deu início a um projeto ao nível da localidade, denominado *Lifelines*, com o objetivo de promover a criação de corredores de vida selvagem em Char Valley e áreas circundantes. Ao abrigo deste projeto, agricultores e proprietários de terras são encorajados a comprometerem-se com medidas como a redução das quantidades de pesticidas e herbicidas em uso, a plantação de árvores e sebes e a criação de habitats de vida selvagem, como margens de campos ricas em sementes para as aves.

Ines Cavill, residente e pequena proprietária local, afirma: "Muitos dos jovens desta paróquia participaram nas manifestações contra as alterações climáticas, viajaram de comboio para a cidade próxima de Exeter para exigir que os adultos tomem medidas para inverter a crise climática que afetará a sua geração. Como adultos, fomos inspirados pela sua paixão e declarámos uma Emergência Climática na paróquia. Esta é uma abordagem voluntária, tomada pela comunidade, mas eficaz a inspirar e motivar as pessoas. Ao verem o mapa a encher-se de verde, apercebem-se de que a sua parte do mundo pode fazer parte de algo muito maior e deveras excitante!"

E explica: "o Departamento de Agricultura do Reino Unido estará a pagar aos agricultores pela recuperação da biodiversidade, atribuindo subsídios para incentivar os agricultores a recuperar ecossistemas nas diversas paisagens. O projeto vai mais além, dado que promove uma abordagem conjunta a agricultores e outros residentes locais, que poderão criar habitats nos quintais das suas casas".

O projeto é coordenado por uma pequena equipa de residentes locais que pretendem fortalecer a saúde e a resistência da vida selvagem e dos solos da região, promovendo a criação de corredores livres de pesticidas. Esperam envolver o maior número possível de residentes - sejam estes detentores de um lote de terreno, de uma pequena horta, de uma quinta ou de uma grande propriedade. O projeto gira em torno de um mapa interativo onde são destacadas a verde brilhante as áreas de terreno onde não existe utilização de biocidas químicos (inseticidas, herbicidas ou fungicidas). Os habitantes da zona dispostos a comprometer-se a gerir a sua parcela de terreno sem pesticidas, são convidados a aderir. É possível a adesão a agricultores não praticantes do regime biológico, através da inclusão de partes das suas terras livres de biocidas, como orlas de campos, sebes ou bosques.

Os proprietários são convidados a "inscrever-se" no projeto, comprometendo-se a gerir uma determinada área em benefício da vida selvagem, sem a utilização de pesticidas e a garantir-lhe acesso a luz solar, abrigo, alimentos e água. Assim que um proprietário se voluntaria, a sua parcela de terreno é marcada a verde no mapa da *Lifelines*.

Os habitantes da região que integram o projeto são encorajados a passar tempo em quintas e bosques, a aprender sobre o cultivo da terra e a estabelecer ligação com a natureza..

Mapa da Rede de Recuperação da Natureza de Char Valley (fonte: Projeto Lifeline)

Um quadro jurídico nacional em prol dos esforços da comunidade

Apesar do vasto apoio do público, o estabelecimento de Rede Britânica de Recuperação da Natureza não será fácil. Os ambiciosos objetivos estabelecidos em "A Green Future" estão a sair do papel e a ser bem recebidos pelas instituições de beneficência ambiental do Reino Unido, incluindo a *The Wildlife Trusts*¹² e a *Wildlife and Countryside Link*¹³. Têm também existido apelos para que esta visão ganhe força de lei.

A *Wildlife and Countryside Link* é uma aliança de 52 organizações ambientais inglesas que tem vindo a prestar assessoria ao governo para a elaboração de uma Lei Ambiental. No seu relatório de 2019, *The 25 Year Environment Plan: One year on*¹⁴, a *Wildlife and Countryside Link* levantou preocupações sobre se o financiamento e as bases jurídicas necessárias serão disponibilizadas a tempo de garantir a proteção dos habitats e das espécies.

¹² <https://www.wildlifetrusts.org/nature-recovery-network>

¹³ <https://www.wcl.org.uk>

¹⁴ Wildlife and Countryside Link. *The 25 Year Environment Plan: One year on* (2019).

Esta aliança afirma que o governo britânico, para ser bem-sucedido no seu objetivo de estabelecer uma Rede de Recuperação da Natureza, precisa de trabalhar rapidamente na criação de ação a nível local, ao mesmo tempo que estabelece uma estratégia clara de desenvolvimento da rede. O governo é instado a criar uma Lei Ambiental para ajudar a garantir a aplicação das medidas propostas o mais eficaz possível, tendo em vista as gerações futuras.

Dicas práticas:

- É necessário que cada Estado ou governo esteja preparado para realizar um trabalho interdepartamental, que poderá mesmo transcender as suas fronteiras nacionais, para efeitos de proteção da natureza.
- As estratégias de proteção da natureza deverão ser aplicadas verticalmente, a partir do nível local, e envolver um vasto leque de pessoas – todos podem ser envolvidos.
- É necessário estabelecer uma estratégia dotada de objetivos claros a nível espaciotemporal.
- Aprender com os erros de projetos passados.

Recomendações de políticas:

- Os objetivos de recuperação da natureza devem ser suportados por leis.
- É necessária a implementação de repercussões para o não cumprimento de objetivos mensuráveis.
- Criar infraestruturas de recolha, gestão e interpretação de dados ambientais.

Residentes de Char Valley desfrutam da floresta (foto: Kit Vaughan)

Floresta na Hungria

Laura Balázs é voluntária na fundação húngara "10 Milhões de Árvores" (10 Milliő Fa). Aqui, explica como o projeto teve início, o papel fundamental das comunidades locais para a plantação de árvores e os planos da fundação com vista ao estabelecimento de florestas ecologicamente diversificadas.

Porquê o nome "10 Milhões de Árvores"? É muito simples. A Hungria tem cerca de 10 milhões de habitantes e gostaríamos que cada cidadão plantasse, pelo menos, uma árvore. O nosso objetivo é plantar árvores de forma a contribuir para a preservação da biodiversidade e a proteção do clima. Estamos também a construir a maior comunidade eco-consciente, apolítica, apartidária e sem fins lucrativos da Hungria para mobilizar todos os que vivem no nosso país no sentido da mitigação das alterações climáticas e de outros problemas ambientais.

Estrutura organizacional

As bases da nossa fundação são incomuns, uma vez que não resultam de um processo planeado. O movimento – bem como a comunidade e a fundação resultantes – foi uma resposta espontânea a uma publicação no Facebook, em julho de 2019, por Iván András Bojár, historiador de arte, jornalista e editor.

Nessa publicação, Bojár pedia aos seus concidadãos que o ajudassem a plantar 10 milhões de árvores para ajudar a mitigar as alterações climáticas. Em poucos dias, milhares de pessoas tinham aderido à iniciativa, que conta agora com mais de 35.000 seguidores no Facebook. A Fundação 10 Milhões de Árvores¹⁵ conta atualmente com cerca de 130 grupos locais e 25.000 voluntários.

A chave para o funcionamento da Fundação é a comunicação regular entre os voluntários. Cada grupo local possui uma página no Facebook, gerindo tarefas a nível local. Estes possuem também um representante em contacto regular com a equipa de organização central.

A equipa de organização central conta com pessoal administrativo e, crucialmente, um conselho de especialistas que inclui Réka Aszalós, ecologista florestal na Academia de Ciências da Hungria (MTA); Balázs Bozzay, técnico florestal; e Balázs Zsolnai, especialista em horticultura.

Os representantes dos grupos locais partilham regularmente dicas práticas, tais como formas de entrar em contacto com o governo local e empresas, ou de angariar fundos. Todos os documentos importantes (logotipos, imagens, folhas de cálculo e listas de contactos) são armazenados num espaço online partilhado, acessível a todos os representantes. Cerca de 70% destes representantes são mulheres, maioritariamente na casa dos trinta ou quarenta anos, um dado que também caracteriza a maioria dos membros do nosso grupo local e os nossos seguidores no Facebook.

¹⁵ <https://10milliofa.hu/>

Desde o início que todos os que contribuem para a fundação o fazem de forma voluntária e, portanto, não remunerada. No entanto, estamos a tentar profissionalizar a nossa organização, pelo que aparenta ser inevitável que, no futuro, alguns dos nossos elementos venham a ser remunerados. O financiamento deste projeto é assegurado por negócios locais, grandes empresas e donativos de particulares.

Formas de fortalecer a nossa comunidade

A nossa força reside na nossa comunidade. Temos como objetivo encontrar diferentes formas de envolver os nossos voluntários e de informar as pessoas sobre questões ambientais importantes.

Os grupos locais planeiam eventos comunitários para a plantação de árvores, sendo que estas experiências podem ser motivadoras de união. "Foi esta a primeira vez que os habitantes da nossa aldeia se reuniram para discutir uma questão local", afirmou o representante de Bogád, uma aldeia do sul da Hungria, após uma das sessões de plantação. Os grupos locais desenvolveram ideias inovadoras no sentido de proporcionarem apoio adicional às suas comunidades. São exemplo disso um grupo de Budapeste, que deu início à criação de um bosque-jardim comestível num refúgio para pessoas sem abrigo e o grupo de Nagykanizsa, que plantou árvores num canil e numa instituição de habitação temporária para famílias carenciadas.

Consideramos plantar árvores um evento comunitário, potenciador de felicidade, e que deve ser celebrado. No ano passado, introduzimos o "dia da vida", uma semana após o Dia de Todos-os-Santos. No nosso "dia da vida", milhares de pessoas por todo o país reuniram-se em pequenos grupos para plantar árvores e fazer piqueniques, entre outras ações em comunidade. Os habitantes de Szilasogony, cuja população é predominantemente cigana, plantaram tantas árvores quantos os habitantes da sua aldeia.

Para celebrar o Dia da Terra, a 22 de abril, que este ano (2020) coincidiu com o 50º aniversário da sua criação, alargámos o nosso evento de plantação de árvores de modo a que tenha a duração de uma semana. A pandemia de SARS-CoV-2 obrigou a que não aconteçam grandes ajuntamentos, mas, fornecendo uma ultra alternativa, lançámos o nosso próprio canal de televisão. Convidámos cientistas, músicos, jornalistas e outras figuras públicas a participar em animadas discussões sobre a saúde do planeta e o futuro que desejamos. Durante a nossa Semana da Terra, realizámos uma transmissão ao vivo todas as tardes. Foram muitos os que gostaram de assistir às discussões ao vivo, motivo pelo qual decidimos continuar o programa. Agora, todas as terças-feiras, transmitimos um programa de jardinagem onde discutimos questões relacionadas com a plantação de árvores. Os temas abordados incluem a gestão de abastecimentos de água, o caminho para tornar Budapeste mais verde e o nosso projeto "jardim comestível para os sem-abrigo".

Voluntários da comunidade "10 Milhões de Árvores" (foto: Laura Balázs)

Colaboramos com outras organizações, dedicadas à plantação de árvores, com as quais discutimos formas de reforçar o nosso poder de lobbying ou de partilha de recursos e força de trabalho voluntária. Por exemplo, se uma organização adquirir terra, mas não tiver voluntários suficientes para a plantar, outras organizações virão em auxílio. Nesta Primavera, foram elaborados planos de plantação em conjunto com as filiais na Hungria de várias organizações internacionais, como a Plant-for-the-Planet, uma iniciativa e fundação em prol da reflorestação, sediada na Alemanha, e o Jane Goodall Institute, uma organização de conservação da natureza com sede nos Estados Unidos. No entanto, a pandemia levou ao adiamento destes planos. Começámos também a fomentar fortes laços com os Serviços Florestais Húngaros e a Sociedade Húngara de Jardinagem.

A espécie certa no local, na altura e com a manutenção certa

Quando planeamos a plantação de árvores num local público, o primeiro passo dado pelos nossos voluntários consiste em recolher informações sobre onde será possível fazê-lo. Estes, verificam toda a infraestrutura subterrânea de serviço público do local com a ajuda de mapas que mostram as localizações das tubagens de gás e água. Em seguida, contactam as autoridades locais de modo a obterem autorização para plantar as árvores, bem como os técnicos locais de planeamento urbano e ambiental, para aferirem quais as espécies mais adequadas, tendo também em conta as respetivas dimensões - muitas autoridades municipais exigem que as árvores tenham determinadas dimensões.

Antes de plantarem árvores em terrenos de escolas ou instituições sociais, os grupos locais pedem autorização à autoridade competente. Trabalham também em estreita colaboração com peritos locais, como jardineiros e horticultores. Estes peritos ministram frequentemente seminários gratuitos para ensinar técnicas de plantio aos nossos voluntários.

Árvores da Hungria

O nosso painel, constituído por três especialistas, elaborou um guia completo sobre plantação de árvores, com 36 páginas, para ajudar os voluntários dos diferentes grupos. Este promove a plantação de espécies arbóreas nativas, como o ácer-da-Noruega (*Acer platanoides*), a faia-europeia (*Fagus sylvatica*), o freixo-de-flor (*Fraxinus ornus*) e o carvalho-branco (*Quercus petraea*), para citar apenas algumas. Igualmente importante é evitar a plantação de espécies invasivas como o freixo-americano (*Fraxinus pennsylvanica*), o ailanto (*Ailanthus altissima*), a paulónia (*Paulownia tomentosa*), a falsa-acácia (*Robinia pseudoacacia*) ou o ácer negundo (*Acer negundo*).

Damos grande ênfase ao cuidado das árvores depois de plantadas.. As mudas só conseguem sobreviver se forem cuidadas durante cinco anos, ou mesmo dez,- especialmente agora que experimentamos primaveras cada vez mais secas. Grupos de voluntários asseguram a rega e poda das árvores jovens durante o número apropriado de anos. Muitas vezes, as entidades públicas locais ajudam com estes cuidados.

Planos positivos para o futuro

Nos passados dez meses, plantámos 34.960 árvores e 3.469 arbustos, alcançando um total de 38.429 plantas em jardins particulares, espaços públicos, escolas e instituições sociais.

Os nossos planos para o futuro passam pelo foco na criação de florestas ecologicamente diversificadas, capazes de atrair espécies e de promover a biodiversidade. Estamos a tentar encontrar locais apropriados em todo o país, ao mesmo tempo que o nosso ecologista florestal elabora um plano científico. Estamos ainda a fazer lobbying para a criação de mais quebra-ventos em torno dos campos agrícolas, bem como a explorar planos de trabalho em conjunto com peritos agroflorestais, embora estas conversações estejam ainda em curso. O nosso objetivo é criar florestas comunitárias, dotadas de grande diversidade de espécies nativas.

Temos um grande e entusiasmante ano atrás de nós e muitas ideias e novos projetos para o futuro. Esperamos aumentar o número de grupos locais, continuar os nossos programas educativos, trabalhar em conjunto com outras organizações, nacionais e estrangeiras, e, acima de tudo, plantar muitas árvores.

Dicas práticas:

- Utilizar as plataformas online e os meios de comunicação social para manter o contacto com outros voluntários, partilhar informações e falar com outras pessoas sobre o seu trabalho.
- Encorajar a participação da comunidade através de encontros regulares locais, regionais e nacionais, workshops e outros eventos.
- Garantir que as árvores são plantadas de forma profissional, utilizando espécies apropriadas, em local adequado, na altura do ano mais indicada e com os devidos cuidados posteriores.

Recomendações de políticas:

- Procurar apoio para as organizações que se dedicam à plantação de árvores junto do governo/autoridades locais, relativamente a fornecimento de locais onde plantar, conhecimentos e ao abastecimento de água.

Flor de *Corydalis solida* numa floresta da Hungria

Imagem

Estudo de caso 6: Países Baixos – Gestão das terras à escala da paisagem por uma pequena associação de agricultores

Albert van der Ploeg e Wout van Vulpen, da Associação das Florestas da Frísia do Norte (Noardlike Fryske Wâlden), nos Países Baixos, explicam como é possível que pequenos agricultores trabalhem em conjunto, através de uma associação, na criação de contratos com o governo à escala da paisagem, utilizando o mecanismo "porta da frente - porta das traseiras" como forma de reduzir a burocracia, enquanto mantêm a independência das suas pequenas explorações.

No início da década de 90 do século passado, na sequência de preocupações crescentes em torno das chuvas ácidas e da poluição dos lençóis freáticos, o governo de Haia impôs novos regulamentos aos agricultores com o fim de proteger as paisagens e reduzir as emissões de amónia e azoto. Estes regulamentos incluíam a obrigatoriedade de incorporar o estrume no solo por injeção, ao invés da deposição.

Estes regulamentos representaram uma séria ameaça para as pequenas explorações agrícolas. Não só os novos métodos representavam um aumento nos custos, como também, e principalmente, alguns agricultores suspeitavam que a maquinaria pesada requerida teria efeitos prejudiciais nas condições dos solos e na qualidade das águas subterrâneas. Em 1992, quatro homens do norte da Frísia juntaram-se com o intuito de lutar pelas suas propriedades e modo de vida. Eram eles Fokke Benedictus, Pieter de Jong, Geale Atsma e Douwe Hoeksma.

A sua mensagem para a Haia era a seguinte: queriam preservar o ambiente, mas precisavam de ajuda. Acreditavam numa alternativa a simplesmente serem multados por não seguirem os novos regulamentos à risca. Na sua qualidade de agricultores, queriam evidentemente cuidar da terra. No entanto, perceberam que para convencerem o governo do seu compromisso com o ambiente e o valor dos seus métodos tradicionais, precisavam de compreender melhor as questões ambientais. Contactaram especialistas em solos, água, natureza, paisagem, biodiversidade e alimentação com o objetivo de fazer chegar ao governo de Haia uma proposta viável e bem documentada. Apesar do ceticismo inicial dos outros colegas de profissão agrícola, nos quatro anos seguintes, estes homens conseguiram conquistar um número significativo de seguidores. Em 1996, já com 60 membros, a Associação das Florestas da Frísia do Norte apresentou a sua solução ao governo. O facto de apresentarem um plano com o apoio científico das universidades e organizações de conservação da natureza, capaz de demonstrar que o seu tipo de agricultura era menos prejudicial para o ambiente que o praticado pelo agronegócio de maiores dimensões, dispôs o governo a chegar a um acordo que permitia algumas exceções.

Negociação coletiva

Embora esta não fosse a primeira associação agrícola do país, era diferente. Ao passo que, anteriormente, cada agricultor tinha o seu próprio contrato diretamente com o governo, a NFW negociava em nome de todos. Esta associação refere-se ao seu grande acordo regional com o

governo como o contrato da "porta da frente", tendo na "porta das traseiras" os muitos pequenos contratos com os seus membros.

Cada membro paga 35 euros por ano para fazer parte da NFW, comprometendo-se igualmente com a realização de uma atividade específica, que, por exemplo, pode passar por reduzir as emissões ou promover a biodiversidade na sua exploração agrícola. Isto é benéfico para os agricultores, dado que estes não são advogados nem contabilistas e existem pessoas no escritório que podem tratar dos assuntos burocráticos por eles. Como associação, a NFW assume a responsabilidade de garantir que todos os seus membros cumprem com o acordado nos seus contratos "da porta das traseiras" para que, juntos, estejam em posição de honrar o seu contrato da "porta da frente" com o governo. Continuar assim permite que se desenvolva confiança, o que é muito importante.

À medida que este modelo de aliança cresceu, nasceram outras associações por todo o país. Quando a NFW começou, o governo de Haia tinha 18.000 contratos com agricultores, sendo que, desde 2016, estes são apenas 40. Todos os anos é conduzido um processo de reunião com as partes interessadas, parceiros da região e participantes para avaliar o andamento do projeto. A NFW realiza também reuniões regulares com o governo para justificar políticas e abordagens, analisar progressos e discutir melhorias para o ano seguinte.

Trabalhar com a natureza

Tal como uma quinta se encontra em constante evolução, também o desenvolvimento da associação é contínuo. O acordo da NFW com o governo, inicialmente centrado na paisagem, expandiu-se para incluir a biodiversidade e educação. A abordagem da NFW nas suas negociações com o governo tem sido inovadora, com enfoque nas soluções e não nos problemas.

A NFW ouve as partes interessadas, munidas da compreensão das tendências da agroecologia e das questões ambientais. A associação sempre afirmou que "medir é saber". Se os níveis crescentes de poluição forem imputados às explorações agrícolas, quando as suas verdadeiras causas residem na indústria ou no trânsito de veículos, então serão necessários testes para provar que os métodos dos agricultores da NFW não estão a contribuir para o problema.

Estes testes contribuem tanto para convencer os membros, como o governo, dado que demonstram que o futuro não passa por um crescimento mais intensivo. Alguns membros consideram que a agricultura intensiva é o futuro. Sabem que a alimentação produz riqueza, mas se produzirem natureza e paisagem, quem irá pagar? Assim, se a NFW lhes conseguir mostrar que os seus produtos são melhorados com uma agricultura em conjunto com a natureza, tornando-se assim mais valiosos, a sua perspetiva poderá mudar. Isto é alcançado, por exemplo, mostrando aos produtores de leite que conservar as árvores atrai mais aves, que as aves comem os insetos que danificam as pastagens, o que leva a uma menor necessidade de inseticidas, fazendo com que o gado consuma menos químicos e, por conseguinte, seja mais saudável.

O mais recente foco da NFW são os laboratórios de campo. Equipas nas explorações testam formas de produção inovadoras, de modo a perceberem quais os métodos mais inclusivos da natureza. Desde 2015 que a Política Agrícola Comum da União Europeia atribui subsídios a coletivos dedicados à gestão da natureza e da paisagem. Se a NFW conseguir provar que determinadas formas de agricultura ajudam os nossos governos e municípios a resolver parte dos problemas associados ao clima, a associação poderá receber fundos que irão permitir mais formas de inovação.

A NFW planeia 150 projetos para o decurso dos próximos cinco anos. Quanto mais for descoberto pela associação em termos de agroecologia, em virtude do seu trabalho com a Universidade de Wageningen e com os agricultores seus associados, maior será a sua influência sobre as políticas a adotar nos Países Baixos e em toda a Europa.

A NFW convidou um grupo de crianças do ensino primário a sair da sala de aula para os campos. Ensinaram a este grupo formas de preservação da paisagem e transmitiram conhecimento sobre insetos e outros animais selvagens e, em conjunto, construíram pequenas casas de madeira. Estas crianças sabem o que é um computador, mas nunca tinham visto uma vaca! Uma vez em casa, as crianças partilham o seu dia com os pais e outros membros da família e assim, quase espontaneamente, são estabelecidas estabelecem novas ligações intergeracionais.

A proteção do saber tradicional

Atualmente, existem 800 membros da NFW na Frísia - não só agricultores, ma também outros cidadãos que apoiam as suas ações. Os seus membros recebem informações regulares através de boletins informativos e de reuniões nos campos. A rotatividade dos membros é reduzida. Os agricultores que deixam a NFW fazem-no principalmente porque se reformam ou quando as suas explorações se tornam demasiado vastas. A saída da associação acarreta custos, em parte para incentivar o compromisso a longo prazo.

O objetivo da associação continua a ser uma agricultura de comunidade, saudável e em equilíbrio com o meio ambiente. A par disto, os seus cinco valores fundamentais são: a confiança, transparência, comunicação, trabalho com vontade e o conhecimento.

A NFW tem já um longo historial de confiança junto do governo e dos seus membros. Segue um modelo ascendente. Os agricultores ressentem-se quando o governo lhes diz como proceder, mas a associação capacita-os e encoraja-os a terem ambição pessoal para a sua região. Podem trabalhar em conjunto *com* os cientistas, contribuindo com sugestões derivadas da *sua* experiência, acumulada nas *suas* explorações e fazendo uso dos conhecimentos transmitidos pelos *seus* antepassados, tendo assim a oportunidade de demonstrar ao governo como podem melhorar as coisas.

Existe uma palavra em frísio, *mienskip*, que pode ser vagamente traduzida como “comunidade”. No entanto, numa aceção mais abrangente, pode também significar *uso conjunto* ou *ação conjunta para conseguir algo*, ser responsável por algo, em conjunto, e assegurar, sempre em

conjunto, que as coisas correm bem. Esta abordagem tem funcionado na NFW, que continuará a utilizá-la.

Dicas práticas:

- Apresentar soluções aos órgãos dirigentes e conseguir o apoio de entidades externas, como investigadores universitários e/ou organizações sem fins lucrativos.
- Assegurar que as quotas aplicadas aos agricultores associados são tão reduzidas quanto possível.
- Proporcionar aos seus membros apoio administrativo, como, p.ex., com a contabilidade.
- Funcionar de forma transparente e promover o envolvimento da comunidade através de palestras e eventos educativos.

Recomendações de políticas:

- Neste exemplo de abordagem territorial à gestão coletiva das terras, pequenos agricultores conseguiram a criação de um acordo regional com o governo. O projeto foi, e continua a ser, liderado pelos agricultores, não por burocratas.
- O trabalho em conjunto, enquanto grupo de agricultores que tem um contrato com o Estado, beneficia todas as partes. Os agricultores são beneficiados porque podem tomar decisões importantes em grupos. O Estado é beneficiado porque o coletivo garante que todos os agricultores cumprem quaisquer acordos vinculativos.
- Um exemplo de como um modelo ascendente, liderado por agricultores, conduz a uma relação de confiança entre estes e o Estado.

Agricultor da NFW

Conclusão

As histórias inspiradoras apresentadas na presente publicação, *Abordagens Coletivas à Gestão das terras*, servem de ilustração de como métodos inovadores podem resultar em soluções viáveis e eficazes para a recuperação das nossas paisagens, economia e futuro. O fio condutor comum a todos os estudos de caso apresentados é a cooperação.

A terra é um complexo ecossistema de relações e a cooperação entre todas as partes deste ecossistema faz com que se mantenha saudável e rico para todos.

Alcançar a verdadeira cooperação num projeto, especialmente quando este envolve múltiplas partes interessadas, que poderão ter visões diferentes, pode ser uma longa jornada de dedicação. Trabalhar em conjunto com muitas pessoas é uma tarefa complicada. No entanto, os esforços investidos podem ser recompensados pelo sucesso, bem como conseguir o aproximar de comunidades.

Os recém-chegados ao tema da gestão das terras, poderá parecer intimidador decidir como e por onde começar com o seu projeto de eleição. No entanto, conforme ilustram estes estudos de caso, podemos aprender com os outros e, devidamente inspirados, dar os primeiros passos.

O Tao Te Ching, uma das mais importantes obras da literatura Chinesa, diz que "Uma longa viagem começa com um único passo". Por mais ambígua que seja a tarefa, por mais longa ou trabalhosa que seja a jornada, é sempre necessária uma ação inicial. Se for tomada uma iniciativa, os restantes elementos combinam-se e a missão começa.

É possível começar reunindo um conjunto de pessoas com os mesmos interesses, juntando e inspirando um grupo de agricultores ou visitando outros projetos. É possível começar com um primeiro dia a experimentar plantar árvores ou com uma exposição na feira da aldeia. Uma vez inspiradas as pessoas, a ideia pode crescer e cada um poderá contribuir com as suas próprias competências.

Os habitantes de uma aldeia da Transilvânia aperceberam-se de que as suas terras de uso comum são cruciais para a continuidade da agricultura de subsistência da região. Embora estas terras estejam sujeitas à pressão de práticas, como aquisições imobiliárias em larga escala por grandes empresas, foram adotadas técnicas tradicionais de gestão de pastagens, a par de outras antigas tradições, com o fim de manter a vida da comunidade através da utilização das terras comunais.

Em Itália, as bio-regiões tiveram o seu início quando os produtores de uma região se juntaram para resistir às grandes monoculturas de avelã, tendo crescido ao ponto de produzirem tal resistência que, apesar da pandemia de coronavírus, estes produtores e criadores de gado locais prosperaram, dado que se colocaram em posição de se adaptarem e inovarem.

As emergentes Redes de Recuperação da Natureza do Reino Unido fazem parte de um plano europeu mais vasto que visa encorajar os agricultores a trabalhar em conjunto para criar corredores de biodiversidade. Se os cidadãos da UE se esforçarem nesse sentido, isto poderá acontecer ao nível da UE em geral. No entanto, até as políticas se encontrarem em vigor, as pessoas estão a trabalhar a partir das bases. Em Char Valley, os residentes locais foram inspirados por um jovem manifestante contra as alterações climáticas a declarar uma "Emergência Climática" pelo conselho local e a dar início ao projeto "Lifelines", por forma a criarem redes de recuperação da natureza no local onde vivem e trabalham.

Os cidadãos da Hungria, igualmente preocupados com as alterações climáticas, tomaram a iniciativa de fazer algo ousado. O projeto húngaro dos 10 milhões de árvores, que visa plantar uma árvore por habitante do país, celebrou o seu primeiro aniversário no início do verão de 2020 e está no bom caminho para criar florestas ecologicamente diversificadas por todo o país com a ajuda de agricultores, ecologistas e habitantes que dedicam o seu tempo a plantar mudas.

A Associação das Florestas da Frísia do Norte, nos Países Baixos, começou com apenas quatro agricultores que uniram esforços para proteger as suas explorações agrícolas e modo de vida tradicional, em proximidade com a natureza. Esta associação possui atualmente 800 membros e colabora com investigadores de agroecologia da Universidade de Wageningen. Tratam-se de pequenos agricultores em regime agroecológico, que trabalham em conjunto para realizar grandes mudanças à escala da paisagem.

Cada uma destas iniciativas deu os passos necessários para começar a sua jornada de recuperação da terra.

Com eles, podemos aprender algo a seguir os padrões da natureza nos nossos ambientes locais e a adquirir as capacidades de cooperação necessárias para fazer a sua gestão em conjunto. Para tal, é necessário saber ouvir e também admitir que, por vezes, não somos nós que temos razão, mas sim outros. Poderá ser necessário chegar a um compromisso. Muitas vezes, quando as coisas correm mal, significará também começar de novo. Ainda assim, as recompensas do trabalho em conjunto podem suplantar largamente as dificuldades e é preciso que não tenhamos medo de tentar.

Imagem

Tudo que possas ou sonhas fazer, começa.
A audácia contém génio, poder e magia! – Goethe